

LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 **Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020.**Página 1 de 13

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 044/2020 - SESAU

"Concessão de diárias"

O Secretário Municipal da Saúde de Quarto Centenário, Estado do Paraná, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 538/2016 e pelo Decreto Municipal n.º 1069/2018.

RESOLVE:

I – Conceder diárias, conforme se especificação a seguir:

BENEFÍCIARIO	DESTINO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QT	VALOR	REF	FINALIDADE
CLOTILDE GUIMARÃES FARIA	UMUARAMA - PR	01/07/2020	01/07/2020	01	35,00	"R"	REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE DO HOSPITAL SANTA CASA DE GOIOERE - PR PARA O CENTRO AVANÇADO DE RÁDIO- DIAGNÓSTICOS - CARD DE UMUARAMA-PR.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Quarto Centenário, 01 de Julho de 2020

ORLANDO AUGUSTO BAGGIO SCHOLZ

Secretário de Saúde



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 2 de 13

DECRETO Nº 1212/2020 - GM

"Dispõe sobre a cobrança das Taxas de Serviços Públicos Diversos para o exercício de 2020, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO, Estado do Paraná, **REINALDO KRACHINSKI**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. - A utilização dos Serviços Públicos Diversos, específicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, são os elencados na relação abaixo e cobrados com base nas alíquotas discriminadas na tabela constante do Anexo Único, parte integrante deste Decreto:

- I Serviços prestados por máquinas e veículos;
- II Limpeza de terrenos baldios.
- III Aluguel de Centros Esportivos;
- IV Serviços de Cemitério;
- **§ 1º.** Mediante requerimento endereçado ao Prefeito, os aludidos serviços serão prestados a quem tiver interesse direto na ação da Administração Municipal.
- **§ 2º. -** A cobrança da Taxa de Serviços Públicos Diversos será feita antecipadamente, através de DAM Documento de Arrecadação Municipal.
 - **Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "29 DE ABRIL" Quarto Centenário-Pr, 02 de Julho de 2020.

> Reinaldo Krachinski Prefeito Municipal



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 3 de 13

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº 1212/2020 -GM TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVERSOS

SERVIÇOS	VALORES EM R\$
Serviços prestados por máquinas e veículos e equipamentos:	
Hora de Caminhão Caçamba	65,00
Carga de Caminhão Caçamba (cascalho)	50,00
Hora máquina de Retroescavadeira	91,00
Hora máquina de motoniveladora	91,00
Hora máquina de pá-carregadeira	91,00
Retirada de Entulho e Transporte de Terra (viagem)	39,00
Hora máquina rolo compactador	50,00
Hora máquina motoserra	20,00
Hora máquina roçadeira manual	20,00
Km percorrido micro-ônibus/ônibus	2,60
Km percorrido Kombi	1,95
Km percorrido Van	1,95
Hora máquina de Arado de Subsolador com 5 e 7 Hastes	10,00
Hora máquina de Carreta Basculante	10,00
Hora máquina de Colhedora de Forragens	10,00
Hora máquina de Distribuidor de Calcário, Gesso, Adubo, Semente e Composto Orgânico	10,00
Limpeza de terrenos baldios:	
Roçada de terrenos de até 500,00 m²	65,00
Roçada de terrenos de até 1.000,00 m²	130,00
Aluguel de Centros Esportivos (hora)	
Quadra Coberta/Ginásio de Esportes/ Quadra Sintética	13,00
Campos de Futebol e suíço (Sede, Bandeirantes e Jóia)	20,00
Serviços de Cemitério:	
4.1 Guia de sepultamento	26,00
4.2 Sepultamento em carneira ou gaveta	195,00
4.3 Aquisição de terreno (adulto)	325,00
4.4 Aquisição de terreno (criança)	130,00



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 4 de 13

DECRETO Nº 1213/2020 - GM

Estabelece medidas enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 52, inciso IV c/c art. 131, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a reunião realizada no dia 02 de abril de 2020 entre os Prefeitos Municipais da Comarca de Goioerê, onde alinharam os posicionamentos visando o relaxamento das medidas tomadas anteriormente, com objetivo de retomar as atividades comerciais, para que assim a economia local não tivesse prejuízos com a paralisação; Considerando que a flexibilização não exime que os comerciantes continuem adotando as medidas preventivas para combate da pandemia, portanto, revogam-se os Decretos Municipaisn°s1191/2020 GM e 1203/2020 GM, e:

DECRETA:

- **Art. 1º.** Obriga, no Município, o uso de máscara por todas as pessoas que estiverem fora de sua residência, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus SARS-CoV-2.
- **Art. 2°.** Permanecem suspensas, no âmbito do município de Quarto Centenário, por **prazo indeterminado:** I Eventos, de qualquer natureza, que exijam licença ou alvarás do PoderPúblico;
- II Atividades educacionais em todas as escolas, CMEIs, projetos de contraturnos, das redes de ensino público;
 III- Atividades e eventos relacionados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, inclusive reuniões do grupo de idosos;
- IV Transporte sanitário para fora do município em casos de atendimentos eletivos, mantidos apenas o transporte de urgência e emergência, para o tratamento de alta complexidade, hemodiálise, gestação de alto risco e a critério da Secretaria Municipal deSaúde;
- V Clubes e associações;
- VI Realização de cursos, bem como de eventos que permitam a aglomeração de pessoas, em especial idosos, crianças e gestantes;
- VII Todo e qualquer evento de natureza cultural ou esportivo promovido pelamunicipalidade;
- VIII Todas as viagens oficiais a serviços, cursos e eventos, do Prefeito, Secretários e Servidores Públicos Municipais, excetos casos excepcionais ou emergenciais, que serão submetidos ao crivo do Chefe do Poder Executivo.
- IX Aglomerações em prédios públicos sejam nas recepções, salas, departamentos e afins, de todas as secretarias municipais e extensões que exercem atendimento aopúblico;
- X Qualquer espécie de evento, utilização e/ou visitação em espaços públicos;
- XI Fica proibido reuniões ou comemorações em locais privados, inclusive em residencias particulares, ranchos, chácaras e sítios, que causem aglomeração, como festas, aniversários, casamentos, encontros de família ou amigos, cursos, palestras ou similiares.

Parágrafo único. A suspensão das aulas na rede de ensino pública do município de Quarto Centenário, de que trata o inciso II, permanecem suspensas, por prazo indeterminado, de maneira que os ajustes necessários para o cumprimento do calendário escolar serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, após o retorno das aulas

- **Art. 3°.** A partir de 06 de abril de 2020 as atividades comerciais poderão ser retomadas, com atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais em funcionamento no Município de Quarto Centenário, devendo cada estabelecimento adotar e respeitar as medidas de contigenciamento.
- §1º Os estabelecimentos deverão adotar as seguintes medidas:



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491

Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020.Página 5 de 13

- I Intensificar as ações de limpeza, quando do início das atividades e após a cada uso, durante o período de funcionamento, as superfícies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas, bancadas, etc.);
 II Higienizar quando do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 03 (três) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária;
- III Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para renovação do ar;
- IV Manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel e toalhas de papel não reciclado;
- V Disponibilizar álcool em gel aos seus clientes;
- VI Fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento aguardando atendimento;
- VII Determinar, caso haja fila de espera, que seja mantida distância mínima de 01 (um) metro e 30 (trinta) centrímeto, entre as pessoas, com a devida demarcação no solo ou qualquer outro lugar que seja de fácil visualização;
- VIII Divulgar informações acerca do COVID-19 e das medidas de prevenção.
- **§2º** Os supermercados, mercados, centros de abastecimento de alimentos, conveniências e panificadoras, poderão funcionar com atendimento ao público em seus horários regulares, desde que obedecidos o Plano de Contingência, com restrição ao público a 50% de sua capacidade de lotação conforme seu alvára de funcionamento.
- **§3°** Além do disposto no §2° os supermercados, mercados, centros de abastecimento de alimentos, conveniências e panificadoras, deverão higienizar individualmente os "carrinhos e cestinhas" a serem utilizados, e após o uso também, bem como, manter ao menos 01 (um) funcionário em sua entrada, com objetivo de auxiliar os clientes na higienização com álcool em gel antes de adentrarem no recinto.
- **§4°**O funcionamento dos restaurantes, lanchonetes e panificadoras poderão ocorrer desde que, seja com capacidade reduzida de 50% das mesas, além do distanciamento uma da outra de no mínimo 01 (um) metro.
- **§5º** Os restaurantes com serviços de buffet deverão observar as seguintes normar:
- I. os estabelecimentos devem organizar filas de acesso, atendimento e pagamento, de forma que as pessoas fiquem a 1,5 m uma da outra;
- II. os estabelecimentos que utilizarem o sistema de "prato feito" devem manter atendentes com luvas limpas, touca e máscara própria à manipulação de alimentos, para servir os clientes, de forma a diminuir o contato com os utensílios de uso geral;
- III. somente terão acesso ao serviço de buffet os consumidores:
- a) portando máscaras de contenção;
- b) usando luvas descartáveis para manuseio de talheres compartilhados.
- **§6°** Os bares poderão funcionar em seu horário normal, entretanto, o atendimento será realizado na porta do estabelecimento sem o consumidor adentrar no local, e também na modalidade "delivery".
- **§7º** Fica proibido em todos estabelecimentos comerciais do Município qualquer tipo de jogos, com intuito de evitar aglomerações nestes locais.
- I . Fica proibida a venda de bebidas para consumo em frente aos estabelecimentos comerciais, ou seja, nas calçadas e em toda aréa correspondete a propriedade do comércio, coforme dipõe no alvará de funcionamento.
- **§1º**Fica vedado a colocação de mesas, cadeiras e bancos nas partes exteriores dos estabelecimentos descritos no §4ºe§6º doart. 3º.



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 6 de 13

§2° As academias de ginástica poderão funcionar, em seu horário regular, desde que, seja em regime de limitação de alunos por horário, de no máximo 15 (quinze) alunos por vez, devendo cada estabelecimento definir os horários com seus alunos, além das medidas de higienização necessárias estabelecidas neste artigo.

CAPÍTULO I DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19

- **Art. 4°.** Estabelece, no âmbito da Administração Direta, do Município de Quarto Centenário, Paraná, novas medidas para proteção da população e enfrentamento do COVID-19, comos seguintes objetivos estratégicos:
- I Limitar a transmissão humano a humano, incluindo as infecções secundárias entre contatos próximos e profissionais expostos aos riscos de infecção, prevenindo eventos de amplificação detransmissão;
- II Identificar, isolar e cuidar dos pacientes precocemente, fornecendo atendimento adequado as pessoas infectadas:
- III Comunicar informações críticas sobre riscos e eventos à sociedade e combater adesinformação;
- IV Organizar a resposta assistencial de forma a garantir o adequado atendimento da população na rede de saúde.
- **Art. 5°.** Para o enfrentamento da emergência de saúde relativa a COVID-19 poderão ser adotadas as seguintes medidas:
- I Isolamento;
- II Quarentena;
- III Exames médicos;
- IV Testes laboratoriais;
- V Coleta de amostras clínicas;
- VI Vacinação e outras medidas profiláticas;
- VII Tratamentos médicos específicos;
- VIII Estudos ou investigações epidemiológicas;
- IX Requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de justa indenização;
- X Fechamento de empreendimentos privados e equipamentos públicos de uso comum e coletivos.
- XI Demais medidas previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
- **Art. 6°.** É obrigatória por parte de todo e qualquer empregador a notificação de isolamento dos funcionários que viajaram para fora do País ou Unidades da Federação que possuam transmissão comunitária, devendo os referidos empregadores entrar em contato com a Secretaria de Saúde para fornecimento da Notificação de Isolamento que servirá de comprovante para o afastamento do trabalho tendo validade como atestado médico.



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 7 de 13

- **Art. 7°.** Compete ao PROCON controlar o preço médio para itens relacionados ao enfrentamento do Coronavírus, tais como álcool gel 70% e máscara cirúrgica, competindo ao PROCON aplicar as sanções cabíveis em caso de prática de preços abusivos.
- **Art. 8°.** Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II, do art. 2° do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL

- **Art. 9°**. Fica atribuído ao Secretário Municipal da Saúde as seguintescompetências:
- I Orientar as decisões e dirimir as dúvidas dos órgãos e entidades municipais acerca da extensão das medidas adotadas e sua repercussão nos serviços e rotinas internas, valendo- se, para tanto, dos meios tecnológicosdisponíveis;
- II Instruir os casos omissos nos decretos de que trata o enfrentamento ao COVID-19 e a editar atos orientativossuplementares;
- III Definir as prioridades de aquisição de produtos e serviços emergenciais para enfrentamento da pandemia, no âmbito do Município de QuartoCentenário;
- IV Informar oficialmente à imprensa acerca das medidas adotadas pelo Município.
- **Art. 10.** A requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, que trata o art. 7°, inciso IX, deste decreto, conforme previsão contida na Lei Federal n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, art. 3°, inciso VII e no Decreto n° 4.315, de 21 de março de 2020, art. 16, será adotada pela Secretaria de Saúde Municipal.
- **§1º** A requisição administrativa, a que se refere o caput deste artigo, deverá garantir ao particular o pagamento de justa indenização e observará o seguinte:
- I Garantia de estoque dos materiais de limpeza, insumos sanitários e hospitalares e medicamentos;
- II Terá suas condições e requisitos definidos em portaria da Secretaria da Saúde e envolverá, se for o caso:
- a) Hospitais, clínicas e laboratórios privados, independentemente da celebração de contratos administrativos;
- b) Profissionais da saúde, hipótese que não acarretará a formação de vínculo estatutário ou empregatício com a administração pública;
- c) Empreendimentos privados com capacidade de acomodação de enfermos e pessoas em isolamento ou quarentena;
- III A vigência não poderá exceder duração da emergência de saúde pública decorrente do corona vírus.
- §3º A adoção das medidas para viabilizar o tratamento ou obstar a contaminação ou a propagação do corona vírus deverá guardar proporcionalidade com a extensão da situação de emergência.



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491

Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 8 de 13

- **§4°** A requisição administrativa deverá ser fundamentada e garantir a indenização posterior ao particular, utilizando como base referencial a Tabela SUS, quando for o caso, ou a justa indenização.
- **§5°** Implementada a requisição administrativa, a Secretaria de Saúde Municipal realizará o inventário e a avaliação de todos os bens, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis, contados da apropriação destes.
- §6º A requisição vigorará enquanto perdurar os efeitos da situação de emergência de saúde.
- **Art. 11.** A medida de quarentena será determinada mediante ato administrativo formal e devidamente motivado e deverá ser editada pelo Secretaria de Saúde Municipal, devidamente publicado no Órgão Oficial do Município e amplamente divulgada pelos meios de comunicação, conforme previsto no art. 4°, §1°, da Portaria MS/GM n° 356, de 2020, o qual autorizou por meio do Ministério da Saúde a possibilidade dos gestores locais de saúde adotarem a medida de quarentena.

Parágrafo único. A medida de quarentena será adotada pelo prazo de até quarenta dias, podendo se estender pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde no território.

Art. 12. As Secretarias do Município deverão providenciar o contingenciamento do orçamento, para que os esforços financeiro-orçamentários sejam redirecionados para a prevenção e combate do COVID-19.

CAPÍTULO III

DOS SERVIDORES E SERVICOS PÚBLICOS

- **Art. 13.** Qualquer servidor público, empregado público ou contratado por empresa que presta serviço para o Município de Quarto Centenário, que apresentar febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) ou que tenha retornado de viagem internacional, nos últimos vinte dias, deverá permanecer em casa e adotar o regime de teletrabalho, conforme orientação da chefia imediata.
- **§1º** Os servidores públicos compreendidos no grupo de risco de contágio pelo Coronavírus maiores de 60 (sessenta) anos, grávidas, lactantes, com doenças crônicas e respiratórias trabalharão em regime de teletrabalho.
- §2º Nos casos previstos de teletrabalho a ausência de ponto digital será abonada.
- §3º Caso o teletrabalho não possa ser realizado, a Chefia Imediata deverá ser comunicada e estabelecer outras medidas, como escalonamento e/ou revesamento.
- **Art. 14.** O Paço Municipal e as Secretarias Municipais, com exceção da Secretaria de Saúde, permanecerá com a suspensão de acesso/atendimento ao público, como medida de segurança, preferencialmente os assuntos serão resolvidos ou atendidos por telefone e/ou e-mail, através dos contatos (44) 3546-1109 e www.quartocentenario.pr.gov.br.
- Art. 15. Fica facultado aos Secretários Municipais implantar o teletrabalho aos servidorespúblicos.
- **§1º** O registro da digital no relógio ponto permanecerá suspenso, até a duração da suspensão que trata o artigo anterior.
- **§2º** Os secretários Municipais organizarão as atividades internas conforme a necessidade de cada secretaria, podendo ser através de revesamentos e/ou escalonamentos.



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491

Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 9 de 13

§3º Os sevidores não soferão prejuízos em sua remuneração por conta da adoção destas medidas.

Art. 16°. Os fiscais municipais deverão tomar conhecimento das normativas deste Decreto e realizar a orientação devida tanto ao comércio local quanto a população, visando assegurar a publicidade destes atos, com objetivo de conscientizar a população sobre a importância do acatamento dessas regras.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo juntamente com o Secretário de Administração nomearão os servidores que entenderem necessários para desempenharem a função de fiscal municipal para cumprimento das exigências de enfrentamento da COVID-19.

CAPÍTULO IV

DO TOQUE DE RECOLHER

Art. 17. O Poder Executivo poderá implantar a qualquer momento, com comunicação prévia de 24 horas para início em Diário Oficial do Municipio, Toque de Recolher Geral, atendendo as justificativas técnicas de implantação para proteção da população.

CAPÍTULO V

DAS CERIMÔNIAS FÚNEBRES

Art. 18. Em caso de óbito fica restrito o acesso ao público ao funeral, podendo participar apenas os familiares, por meio de revesamento com intuito de evitar aglomerações de mais de 05 (cinco) pessoas por vez.

Parágrafo único. O sepultamento deverá ocorrer no mesmo dia do óbito.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

- Art. 19. O descumprimento deste decreto acarretará em punições criminais, sendo elas:
- §1º Infração de determinação do poder público, conforme prevista no art. 268, do Código Penal:

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

§2º Não obedecer ordem legal de funcionário público, conforme art. 330, do Código Penal:

Art. 330 – Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491

Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020.Página **10** de **13**

§3º Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela, conforme art. 331, do Código Penal: Art. 331 – Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Art. 20. Além das penalidades acima expostas, o descumprimento deste decreto acarretará aplicação de sanção administrativa, consubstanciado na Lei Complementar nº 09/2012 (que institui o Código de Posturas do Município de Ouarto Centenário).

§1º Constitui infração toda ação ou omissão contrária as disposições do Código de Postura e deste decreto, no uso de seu poder de polícia.

§2° O descumprimento deste decreto acarretará em multa administrativa no valor de 01 (um) a 03 (três) UFM's (Unidade Fiscal do Município).

§3º A multa não paga, no prazo regulamentar, será inscrita em dívida ativa.

Art. 21. Nas reincidências, as multas serão impostas em dobro.

Parágrafo único. Considera-se reincidente aquele que violar este decreto, por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Revoga-se o Decreto Municipal nº. 1209/2020 GM.

Art. 23. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "29 DE ABRIL" Quarto Centenário, 3 de julho de 2020.

REINALDO KRACHINSKI

Prefeito Municipal



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 11 de 13



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ CNPJ 01.619.104/0001-41

Autos do Pregão Presencial nº 064/2019-PMQC-SRP.

AVISO DE CONVOCAÇÃO - 3º CLASSIFICADO

Convocamos a licitante INCOBLOCO INDUSTRIA E COMERCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA, inscrita CNPJ nº 07.373.132/0001-08, classificada em 3º lugar no Pregão Presencial nº 064/2019-PMQC-SRP, referente o item 4 (Locação de Escavadeira Hidráulica) para apresentação dos "documentos de habilitação" conforme estabelecido no edital da licitação em epigrafe, no dia 07/07/2020 às 09:00 horas, devendo os documentos serem entregues no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, sito avenida Dr. Hemerson Siqueira e Silva, nº 594, centro, nesta cidade.

Quarto Centenário, 03 de julho de 2020.

REINALDO KRACHINSKI Prefeito Municipal



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 **Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020.**Página 12 de 13

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIA DA UNIÃO

O Município de Quarto Centenário, Estado do Paraná, notifica a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos e as Entidades Empresariais com sede neste Município que, em cumprimento ao art. 2º da Lei nº. 9.452/97 que os recursos provenientes da União, encontram-se registrados em sistemas de gestão, cujos, registros podem ser conferidos no portal de transparências, aba Execução (Receita) Grupos: 1. Receitas Correntes e 2. Receitas de Capital – sub grupos 1.7.1 Transferências da União e de suas Entidades.

OBS. Eventuais dúvidas contatar o setor financeiro da Municipalidade Quarto Centenário, Estado do Paraná.

Reinaldo Krachinski Prefeito Municipal

EDILALDO MACHADO DA CRUZ Secretário Municipal da Fazenda



LEI Nº593, de 13 de Março de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável pelo Órgão Oficial Eletrônico

ANO III EDIÇÃO Nº 0491 Quarto Centenário – Paraná, Sexta-Feira, 03/07/2020. Página 13 de 13

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

